

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

EDITORIAL

Este jornal nasce e viverá segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste, nos locais de produção (fábrica e campo), nos quartéis, nos bairros, nas colectividades de recreio e cultura, nas lutas dos presos comuns e em todas as lutas das minorias contra a opressão — este jornal procurará estar presente.

O nosso objectivo é o de dar a conhecer e unificar as diferentes lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Desenvolveremos para isso dois grandes tipos de trabalho: por um lado, o reforço deste jornal; por outro, fomentar o trabalho de organização de reuniões de massas entre trabalhadores inseridos em lutas diferentes. O trabalho conjunto do jornal e de reuniões de massas contribuirá para acelerar a fusão das lutas dos trabalhadores e a união de todos os explorados.

Sublinhamos que este jornal não é nem pretende ser o órgão de nenhum partido, mas está e continuará aberto, sem qualquer sectarismo, ao trabalho de todos os progressistas e revolucionários, com ou sem partido, que aceitem a nossa plataforma de unidade prática expressa nos 9 pontos do nosso Manifesto.

Os textos deste jornal serão, em principio, de três tipos:

a) Aprofundamento dos pontos do Manifesto, como resultado de reuniões de massas entre lutas particulares diferentes.

b) Artigos sobre lutas particulares resultantes de reuniões a diversos níveis com os trabalhadores participantes nessas lutas.

c) Textos informativos resultantes de reuniões com os correspondentes do jornal.

Os redactores do jornal, integrados no seu colectivo de redacção, serão a caneta das massas trabalhadoras e das suas vanguardas em luta, com o objectivo de se inserirem nas lutas como o peixe na água.

Os colaboradores deste jornal terão um papel activo:

- no fomentar de contactos que conduzam a reuniões de massas inseridas em processos de lutas particulares,
- na materialização e organização do jornal e na sua distribuição junto das massas populares,
- na organização de reuniões de informação e de inquérito por intermédio de discussão.

As lutas das massas trabalhadoras contra a exploração e contra a opressão são a razão de ser deste jornal. Só para as lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos este jornal existe.

As operárias da Sogantal contam a sua luta

Entrevista com operárias da SOGANTAL, fábrica de confecção de fatos de treino, no Montijo

— Quando se iniciou a vossa luta?

— Por volta dos fins de Maio, entregámos à gerência o nosso caderno reivindicativo onde exigíamos, entre outras coisas, um mês de férias pagas, um mês de subsídio, 13.º mês e um aumento de 1250\$00 sobre o salário mensal anterior que era de 1600\$00 máximo. Quanto ao horário de trabalho não fazíamos exigências mantendo as 45 horas semanais.

— Quantas são vocês e como se estabeleceram os vossos contactos com a Direcção?

— Somos 48 mulheres. Elegemos uma comissão e uma delegada sindical que apresentaram ao director francês e ao gerente português o nosso caderno.

— Qual a resposta?

— Eles disseram que tinham de comunicar com a França e depois disseram que de lá se tinham recusado a satisfazer as nossas reivindicações.

— Que fizeram?

— Em reunião de todas as operárias decidimos entrar em baixa de produção, fazendo mais

ou menos duas horas de trabalho distribuídas pelo dia todo.

— Como reagiu a direcção?

— Entretanto soubemos que a fábrica ia fechar. Nessa altura a Comissão foi ao Sindicato e ao Ministério do Trabalho mas não se conseguiu nenhuma resposta que nos esclarecesse. Depois veio um delegado de Setúbal do Ministério do Trabalho e um delegado do Sindicato fazer uma reunião com a comissão e informar que da França estavam dispostos a pagar 3300\$00 porque eram obrigados pela lei do Governo Provisório, mas que no resto só estavam dispostos a dar três semanas de férias (anteriormente tínhamos duas) e duas semanas de subsídio (que já tínhamos antes). Nessa altura nós reunimo-nos e decidimos manter as nossas exigências. Então da França veio uma ordem de encerramento da fábrica a realizar no dia 31 de Julho.

Entretanto, na sexta-feira, dia de pagamento da quinzena eles disseram-nos que não nos pagavam pois quem não trabalha-

(Continuação da pág. 2)

A prisão de Saldanha Sanches: novo passo no ataque à liberdade de expressão dos trabalhadores

José Luís Saldanha Sanches, militante do MRPP e director interino do jornal «Luta Popular», foi preso no dia 7 de Junho e enviado para o Forte de Elvas.

Outros casos graves de repressão activa à liberdade de expressão se verificaram depois do 25 de Abril:

— Repressão à manifestação anti-colonial e de exigência da libertação do revolucionário cubano Peralta, na Estrela, no dia 25 de Maio.

— Suspensão da emissão em directo feita pelos Rádio Renascença e Rádio Clube Português da manifestação anti-colonial da Estrela.

— Expulsão de Ansã Regala da Emissora Nacional por dar notícias sem passar pela censura interna.

— Corte, na transmissão pela RTP de um Festival de Cante Livre, dos poemas ditos por Mário Viegas.

— Por ordem do delegado da Junta de Salvação Nacional Mariz Fernandes e com o acordo de Raul Rego, ex-director do jornal República e actual Ministro da Comunicação Social, corte da

transmissão televisada da apresentação teatral realizada no dia 10 de Junho, pelo grupo Comuna, no Mercado da Primavera.

— Acréscimo, nos jornais diários, da censura interna, isto é, feita pela chefia da redacção, sob directivas das correntes reformistas e da Junta de Salvação Nacional.

— O jornalista de O Século, Roby de Amorim, enviado especial à Guiné, foi chamado daquela colónia, com ordem de apresentação à Junta de Salvação Nacional. Roby de Amorim mostrou nos seus artigos a vontade dos soldados portugueses de pôr fim imediato à presença portuguesa na República da Guiné-Bissau.

— Repressão à liberdade de reunião e de expressão dos soldados nos quartéis.

O desenvolvimento desta campanha repressiva por parte da Junta de Salvação Nacional e do actual governo relaciona-se com a histórica demagogia contra as greves e contra toda a movimentação operária, e tem como objectivos:

— o amordaçamento da imprensa operária e de toda a possibilidade de expressão revolucionária na imprensa burguesa;

— o ataque a toda a actividade que desmistifique a política neo-colonialista da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório, bem como de todas as correntes nele integradas.

Contra esta vaga de repressão governamental:

EXIGIMOS a imediata libertação de Saldanha Sanches e a reintegração de todos aqueles que, por defenderem a liberdade de imprensa foram afastados ou expulsos dos órgãos informativos controlados pela burguesia.

LUTAREMOS contra a nova censura que, a cargo dos directores dos jornais ou administradores da rádio e televisão, e a cargo da Junta de Salvação Nacional, se tem vindo a restabelecer após o golpe de 25 de Abril.

INCENTIVAREMOS todas as lutas dos trabalhadores a tomarem como um dos seus objectivos imediatos estes pontos.

reorganização do capitalismo organização dos trabalhadores

TAP:

Os TAP (Transportes Aéreos Portugueses) reflectem modelarmente o que se passa no Portugal de agora: manutenção da exploração capitalista, reorganização da empresa tendo em vista actualizar as formas de exploração dos trabalhadores, grande hierarquização de classes sociais no seio da empresa, com interesses antagónicos e respectivo degladiar de forças.

A hierarquização de classes no seio da empresa

No que respeita à distinção socio-económica dos trabalhadores da TAP, poderemos apontar em primeira análise o grande desnível de salários, que vão actualmente dos 5050\$00 até aos cinquenta e tantos contos. Se a diferenciação salarial é grande no todo da empresa, o desnível revela-se de forma particularmente aguda entre o pessoal que trabalha em terra (operários da manutenção dos aviões, serviços administrativos, etc.) e o pessoal do voo, cujos ordenados mínimos são de cerca de dez contos. Note-se que um operário da manutenção, que tem a responsabilidade directa da segurança mecânica do avião, recebe cerca de metade — em média — do pessoal que recebe as refeições a bordo do avião, em vez de haver um nivelamento dos salários, como seria justo.

A reorganização da empresa

A TAP continuou a ser gerida, após o 25 de Abril, em benefício do capital, embora a Administração tenha sido substituída (provisoriamente...) por uma Comissão Administrativa formada por elementos nomeados pela Junta de Salvação Nacional (em número de 4) e elementos eleitos pelos trabalhadores (em número de 3). Desde já se compreende que os elementos nomeados têm sempre a maioria sobre os elementos eleitos. Vejamos agora quem são estes 7 elementos da Comissão Administrativa. Veremos em seguida o processo de eleição que foi utilizado.

Os 4 elementos nomeados e 1 dos elementos eleitos são comandantes de avião, acrescentando que os 4 nomeados são militares que tinham passado à aviação civil. Dos outros dois eleitos, um era empregado dos serviços de finanças e o outro era operário da manutenção dos aviões. Ora, como há cerca de 1.300 empregados entre o pessoal de voo, cerca de 3.000 empregados entre o pessoal administrativo, e cerca de 3.000 operários, conclui-se que enquanto por cada 250 elementos do pessoal de voo (mais ou menos) há um representante na comissão administrativa, existe um só representante para os 3.000 empregados da administração e um só representante para os 3.000 operários. Em conclusão: a aristocracia do pessoal de voo mais uma vez se manifesta.

Como foram eleitos estes elementos? A eleição foi feita a 5 de Maio, no Coliseu, por todo o pessoal. O processo de eleição utilizado suscitou o imediato descontentamento de grande parte dos trabalhadores: foram apresentadas cerca de dez listas, contendo cada uma três nomes; antes de a discussão dos nomes, e mesmo do processo de eleição, se ter iniciado, e até antes de se terem apresentado todas as listas existentes, foi enviado para a Mesa um requerimento pedindo a votação imediata e sem discussão prévia da lista que veio a ganhar!!! A lista que ganhou era composta por dirigentes sindicais. Destes modo, nem a votação resultou de uma discussão activa por parte dos trabalhadores, nem a eleição foi feita nome por nome, como pretendia grande parte dos trabalhadores. A apresentação de nomes em bloco constitui uma manobra demagógica para fazer passar algumas pessoas atrás de um indivíduo «prestigiado». A ausência de discussão prévia impossibilita que os trabalhadores analisem as verdadeiras razões de tal «prestígio» e a razão da eleição dos outros nomes da lista. Devemos notar que foram dirigentes sindicais a utilizarem este processo anti-democrático.

Veio-se a verificar o fundamento do descontentamento de grande parte dos trabalhadores em casos concretos da actuação dos três elementos eleitos:

- Todos os elementos da Comissão Administrativa ganham

cerca de 50 contos. Se, para os cinco comandantes, isto não significou praticamente qualquer aumento salarial, para os restantes dois elementos (o ex-operário e o ex-empregado de finanças) o aumento salarial multiplicou por mais de 7 vezes o que ganhavam!

- Face aos trabalhadores, a Comissão Administrativa utiliza uma tentativa de chantagem que consiste em ameaçar demitir-se se os trabalhadores não colaborarem com a sua linha de actuação pró-capitalista, afirmando que, se se demitisses, seriam substituídos por elementos fascistas ligados à antiga administração.
- Ataque frontal ao desejo de os trabalhadores se reunirem, através de atitudes paternalistas, afirmando que «a liberdade foi oferecida» e que as pessoas «parecem crianças a quem lhes foi dado um brinquedo e o querem estragar».
- Tentativa de amolecimento da força reivindicativa dos trabalhadores, não só nos aspectos indicados, mas também tentando pôr na sombra as reais reivindicações dos trabalhadores.

Em resumo, a par da manutenção da exploração capitalista, verifica-se o rápido afastamento dos elementos eleitos relativamente às massas trabalhadoras.

Qual é, então, a verdadeira função da Comissão Administrativa?

Imediatamente após a sua entrada em funções, foram incitados os trabalhadores da TAP a realizar como tarefas urgentes:

- reorganização de serviços
- saneamento dos quadros

Desde sempre foi voz unânime dentro da TAP que a gestão da companhia se manifestava altamente precária. Vivia-se essencialmente da posição monopolista nas ligações com as colónias africanas, descurando-se quer a organização interna, quer uma exploração comercial eficiente. A própria gerência de Vaz Pinto (antigo presidente do conselho de administração até 1973) o sentira, contratando uma empresa estrangeira especializada na reorganização de empresas, a qual trabalhou neste sentido durante dois anos, tendo os resultados só parcialmente sido adoptados. Com o contrato com essa empresa consta que a TAP gastou cerca de 50.000 contos.

Actualmente, a burguesia capitalista canaliza a nossa luta para reorganizar a empresa no sentido de uma maior rentabilidade. Aproveita para isso o facto de nós, os trabalhadores, sermos quem melhor conhece os problemas práticos da empresa e quem, portanto, melhor os sabe resolver. Com este método, não gasta a TAP nem um tostão.

É claro que a burguesia desenvolve este movimento em seu benefício e dentro dos estreitos limites do capitalismo. Mas para nós este movimento mostra que, se somos quem melhor sabe administrar e gerir (o que é plenamente verdade!) não precisamos de ser administrados. É este processo que os trabalhadores de todas as empresas têm

de desenvolver em comum para derrubar o sistema capitalista.

Por outro lado, no que respeita ao saneamento da empresa, tem este vindo a ser praticado pela própria Comissão Administrativa, sem admissão de uma participação activa dos trabalhadores, contrariamente ao que de início a Comissão Administrativa dera a entender.

O Conselho de Trabalhadores

O Conselho de Trabalhadores é constituído por cerca de 90 elementos, eleitos 7 por cada serviço, independentemente do número de trabalhadores de cada serviço. Assim, por exemplo, o serviço de instrução (artes gráficas), com cerca de 40 elementos, tem 7 representantes, e a manutenção, com cerca de 3.000 operários, como já dissemos, tem igualmente 7 representantes!

Antes de ser estabelecido, pensávamos que o Conselho de Trabalhadores teria a finalidade de fiscalizar os actos da Comissão Administrativa. Mas, ao ser constituído o Conselho de Trabalhadores, a Comissão Administrativa determinou que as suas funções seriam meramente consultivas e que se limitasse aos pontos seguintes:

- reorganização de serviços
- qualificações para funções de chefia
- apreciação do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) da TAP.

O que é que a Comissão Administrativa pretende fazer com este Conselho de Trabalhadores? Quanto à reorganização de serviços, a C. de T. é um instrumento de canalizador do movimento de reorganização do trabalho no sentido exclusivo da rentabilidade capitalista. Quanto às qualificações para funções de chefia, a Comissão Administrativa pretende que a C. de T. seja um instrumento de conservação das hierarquias profissionais, e até de maneira mais subtil. Quanto à apreciação do ACT, a Comissão Administrativa, aproveitando-se do facto de a C. de T. ter somente funções consultivas, pretende convencer a C. de T. a aceitar a posição da Comissão Administrativa como se fosse, na realidade, a posição dos trabalhadores; deste modo, procura apresentar-se com muito mais força face às nossas reivindicações e aos sindicatos, além de criar divisões entre os trabalhadores.

A Comissão de Trabalhadores, pelo modo como está estruturada, pelo facto de ter só funções consultivas e pela limitação das matérias que pode tratar, vê-se na impossibilidade de defender os interesses dos trabalhadores, por muito boas que sejam as intenções dos seus elementos.

A nós, como a muitos outros trabalhadores da TAP, parecemos que a Comissão de Trabalhadores deve recusar frontalmente o seu parecer sobre o Acordo Colectivo de Trabalho, boicotando assim a manobra demagógica em que a queriam inserir, e não limitando as reivindicações dos trabalhadores nem a possibilidade de uma actuação revolucionária dos sindicatos.

Um grupo de empregados da TAP

LIP E RATEAU

LUTA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES OU ACTUAÇÃO REFORMISTA DOS SINDICATOS?

Muitos problemas da exploração são relativamente idênticos em todos os países. Nós aprendemos muito se analisarmos as formas de luta e de organização desenvolvidas pelos trabalhadores doutros países.

Grande parte dos trabalhadores portugueses já ouviu falar na luta dos trabalhadores franceses da Lip. Mas é importante compará-la com uma outra greve, que se desenvolveu em França pouco depois da greve da Lip, e que teve características opostas: a greve da Rateau.

Vejamos primeiro as lições fundamentais da luta desenvolvida na Lip.

A luta da Lip

A fábrica de relógios Lip era controlada pela companhia suíça Ebauches S. A. (que movimenta 450 milhões de francos suíços por ano, o que equivale a cerca de 3 milhões e 800 mil contos). Esta companhia decidiu fechar a fábrica, por razões de rentabilidade capitalista, o que acarretaria o desemprego dos seus 1.280 trabalhadores.

Toda a luta dos trabalhadores da Lip teve como objectivo inicial evitar o desemprego. Foi porque os trabalhadores da Lip lutaram eles próprios autonomamente que puderam desenvolver, nessa luta prática, formas de organização que ultrapassaram em muito o objectivo inicial de luta contra o desemprego. Vejamos:

1.ª fase de luta: durante um período de dois meses os trabalhadores organizaram-se unicamente para a diminuição da produção normal.

2.ª fase de luta: como a empresa persistia na posição inicial, sem tomar em atenção as reivindicações dos trabalhadores e sem querer pagar os salários dos grevistas, estes passaram a formas de organização que lhes permitissem sustentar

a sua luta: gestão directa e total da empresa pelos próprios trabalhadores, com ocupação permanente das instalações, e apossaram-se do stock de relógios existente na fábrica.

Os trabalhadores, para além dos sindicatos e das filiações partidárias, organizaram-se em Assembleia Geral de fábrica, da qual emanaram 5 comissões, inteiramente responsáveis perante essa Assembleia Geral. As comissões tinham funções específicas: montagem dos relógios, comercialização, gestão da empresa, segurança e relações públicas. Diariamente, em Assembleia Geral de trabalhadores, são apresentados relatórios das comissões e o debate é generalizado a todos os trabalhadores.

Como a venda tinha que ser feita fora do circuito comercial capitalista, que se opunha a vender os relógios produzidos pelos operários da Lip, estes tiveram de organizar por toda a parte, através de uma rede de apoio cada vez maior, a venda dos relógios. Na base deste trabalho e também como sua consequência está o grande número de reuniões de massas por toda a França e outros países europeus e o grande movimento de solidariedade desenvolvido.

Decorridos 2 meses de gestão operária, tinham sido vendidos 60.000 relógios fabricados na globalidade pelos operários e vendidos por eles no valor de 9 milhões de francos (cerca de 50.000 contos). E com este dinheiro, saído directamente da venda do produto do trabalho por eles efectuado, que são pagos os salários de todos os trabalhadores, bem como os subsídios de férias e custeadas todas as despesas da luta.

Após 121 dias de greve, em pleno mês de Agosto, 3.000 polícias ocupam as instalações da Lip. Mais de metade dos trabalhadores franceses estão em férias nessa altura; a Lip estava,

à hora em que a polícia entrou, apenas ocupada por cerca de 50 operários! Os trabalhadores não se desmobilizaram. Mantêm o «stock» de relógios inicial. De forma rudimentar, criam novas instalações fora da empresa para continuar a montagem dos relógios.

Conseguem mais uma vez uma solidariedade activa dos trabalhadores de França e outros países. Apesar da altura de férias, uma enorme manifestação de apoio com dezenas de milhares de pessoas pôde realizar-se. A luta manteve-se durante 11 meses e os trabalhadores conseguiram enfim que a empresa não fosse desmantelada e que os seus empregos fossem garantidos.

Mas a grande lição da luta dos trabalhadores da Lip parece-nos ser a seguinte: a partir da sua luta prática, souberam desenvolver formas de organização que ultrapassaram em muito os problemas imediatos iniciais. Essas formas de organização e de luta aumentam a consciência e a solidariedade dos trabalhadores e constituem a base sólida para o desenvolvimento da revolução comunista, do combate à sociedade de exploração.

A greve da Rateau

A greve da Rateau tinha objectivos imediatos de luta idênticos aos da Lip: impedir o desmantelamento de uma empresa filial da Alsthom-CGE e evitar o desemprego dos seus trabalhadores.

O grande truts Alsthom-CGE, produtor francês de turbinas nucleares, decidira fazer uma reestruturação das suas várias filiais para uma maior rentabilidade, passando tal reestruturação pela extinção da Rateau. No entanto, esta greve assentou inteiramente no sindicato burocratizado e reformista CGT e

não na luta própria e autónoma dos trabalhadores.

600 trabalhadores dos 1.850 da empresa são militantes activos da CGT. Foi a CGT que monopolizou praticamente a organização da luta e tomou todas as iniciativas. A CGT não admitiu a formação de um comité de acção, unitário e de base, organizado pelos trabalhadores fora dos sindicatos.

Mas, para além do pretexto imediato da luta contra o desemprego, o sindicato burocratizado e reformista da CGT luta fundamentalmente pelo «interesse nacional». Pretende-se melhor zelar da economia capitalista do que os capitalistas proprietários da Rateau e apregoa o interesse económico fundamental das turbinas nucleares para a economia francesa, no período de difícil abastecimento em petróleo.

A burocracia da CGT funcionou de forma «modelar»... para um sindicato reformista, claro! A CGT pretendeu criar um modelo oposto ao da luta revolucionária da Lip.

A Assembleia Geral reunia diariamente com uma assistência média de só 500 pessoas, o que significa que se restringia praticamente aos sindicalizados da CGT reformista. Nessas Assembleias Gerais, os dirigentes sindicais da CGT informavam sobre o andamento das negociações e das iniciativas de apoio, a uma assistência de trabalhadores passivos, e as votações decorriam praticamente sem debate.

Aqui, é profunda a cisão entre os que pensam, dirigem e decidem (os dirigentes sindicais) e a massa de trabalhadores que aqueles se esforçam por manter na passividade.

Por isso, a organização própria dos trabalhadores foi impedida de se desenvolver no processo de luta. O objectivo desta greve foi, para a burocracia re-

formista da CGT, apresentarem-se como um gestor do capitalismo mais racional do que os capitalistas proprietários da empresa. Não se tratava para a CGT de ajudar o desenvolvimento da luta e a organização autónoma dos trabalhadores, mas de defender a economia capitalista francesa no seu conjunto.

Também na luta dos trabalhadores da Lip, a CGT tentou travar as formas de organização autónomas dos trabalhadores, sem no entanto o conseguir. Damos um exemplo que nos parece muito ilustrativo: quando se pôs a questão da venda dos relógios montados antes da greve, o delegado da CGT na Lip ameaçou: «É um roubo. Se se faz isso, nós retiramo-nos». Os dirigentes sindicais reformistas consideram sempre como «um roubo» o ataque à propriedade dos capitalistas. Mas são os capitalistas quem, na realidade, rouba o fruto do nosso trabalho. Por isso, toda a luta contra a propriedade capitalista tem que ser desenvolvida e estimulada.

Que lições tirar para a situação actual em Portugal?

Vemos hoje em Portugal duas posições semelhantes. Por um lado, os trabalhadores para quem o objectivo da luta é o de reforçar a sua organização própria na defesa dos nossos interesses de explorados, e de lutar assim contra o capitalismo e toda a sociedade de exploração. Por outro lado, os dirigentes reformistas da maioria dos sindicatos e a inter-sindical, bem como os seus porta-vozes no Governo Provisório, que argumentam contra a luta dos trabalhadores invocando os interesses da economia capitalista portuguesa no seu conjunto. Mas o nosso interesse de trabalhadores é precisamente o de lutarmos contra a economia capitalista no seu conjunto!

AS OPERÁRIAS DA SOGANTAL

(Continuação da pág. 1)

va não recebia o que era mentira pois nós estávamos a trabalhar mas num ritmo mais lento.

Na quarta-feira seguinte informámos a gerência de que, ou nos pagava dentro de oito dias ou então começávamos a vender os fatos pois tínhamos de comer.

Quando acabou o prazo por nós imposto, houve uma reunião no Ministério das Finanças onde foram a comissão e a delegada sindical. Lá informaram que havia um processo contra a gente e que quanto ao pagamento, eles eram obrigados a pagar mas isso levava muito tempo e nós não podíamos esperar.

- Que decidiram então?
- Então começámos a vender os fatos em vários locais.
- Qual o apoio da população à vossa luta?
- A população tem-nos apoiado, havendo até pessoas que compram fatos sem precisar deles. Só algumas pessoas, entre elas, uma encarregada e que começaram a espalhar coisas sobre a gente. Ali como em todas as fábricas há dois partidos o das encarregadas e o das operárias. Até lá foram da CDE dizer que a gente devia traba-

lhar mas depois acabaram por perceber que a gente tinha razão.

- E entretanto como reage a gerência a tudo isso?
- O director francês abandonou a fábrica e o gerente português já anda à procura de emprego.
- Então como funciona agora a fábrica?
- Estamos sozinhas a trabalhar na fábrica. Começámos a trabalhar com mais força o material que havia em armazém e vamos vender os fatos até arranjar dinheiro para pagar os salários (já com os aumentos que exigimos) desde 15 de Maio e depois estamos também a pensar mudar o tipo de confecção pois os fatos de treino em Portugal não têm muita saída.
- Mas os fatos eram para vender em Portugal?
- Os fatos depois de feitos iam todos para a França. A gente só os cosia pois eles já vinham cortados. Agora estamos a pensar pedir um empréstimo ao Fundo do Desemprego, para onde sempre descontamos, para comprar uma máquina de corte.
- Qual era a produção diária?

- Para cima de 800 fatos.
- Sabem a como são vendidos no mercado nacional fatos desse tipo?
- Por volta de 700\$00.
- Como eram as vossas relações com as encarregadas?
- A encarregada de que já falámos e o gerente que são portugueses, à frente das operárias só falavam em francês. Agora decidimos que as encarregadas devem trabalhar à máquina como todas nós.
- Havia na fábrica pessoal de escritório?
- Eram o director e o gerente.
- Então agora, que eles se foram embora, quem trata desses assuntos?
- Nós tomámos conta da contabilidade. Algumas de nós têm o curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudar-nos.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

ABAIXO A SUPEREXPLOAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS.

APOIEMOS A LUTA DAS OPERÁRIAS DA SOGANTAL.

GREVE NOS LANIFÍCIOS — LISBOA

Com base em informações sobre a luta dos operários dos lanifícios, redigimos o seguinte texto:

Assim como na Covilhã e em outros pontos do país, também em Lisboa os operários dos lanifícios se mantiveram em greve até verem satisfeita a sua reivindicação de aumento salarial de 1000\$00 para todos os operários.

Mais uma vez os capitalistas tentaram por todos os meios dividir os operários e convencê-los a abandonar a greve com base em simples promessas, oferecendo menores aumentos do que os pedidos, ou pretendendo fazer diminuir as outras regalias dos operários em troca do aumento.

Entretanto, um comunicado da Comissão de Apoio à Luta dos Trabalhadores dos Têxteis e Lanifícios, datado de 21 de Maio, respondia ao modo como a imprensa burguesa relatava a greve, do seguinte modo:

«Alguns órgãos de informação têm nos últimos dias deformado o significado, amplitude e objectivos da luta que os trabalhadores da indústria dos lanifícios estão a travar em todo o País no sentido de diminuir o grau (elevadíssimo) de exploração a que têm estado sujeitos. Assim, e para além de se fazerem nalguns casos alusões de que a iniciativa dos trabalhadores não seria de louvar no momento que o país agora atravessa, escamoteia-se completamente a elevada unidade, firmeza e consciência que estes têm demonstrado e procura-se insinuar que alguns «agitadores» estariam por detrás da ampla movimentação a que se assiste. Parece pois importante clarificar a situação, para que a imprensa portuguesa, durante tantos anos impedida de informar e comentar, possa agora, livre de censura, ser um veículo de difusão e análise de situações reais e não de verdades imaginárias.

«A luta dos trabalhadores dos lanifícios por melhores condições de vida e de trabalho é uma luta já com tradições e que no campo sindical se vem travando há quatro anos, altura em que os trabalhadores elegeram uma direcção da sua confiança.

Em 1 de Novembro de 1973 entrou em vigor uma nova tabela de salários mínimos para a indústria de lanifícios que após um processo de contratação colectiva que desembocou numa arbitragem onde as justas reivindicações dos trabalhadores dos lanifícios, nomeadamente o salário mínimo de 3 000\$00, não foram satisfeitas. Dessa arbitragem saiu igualmente uma outra tabela que entraria em vigor em 1 de Novembro de 1974.

«Assim, a luta a que agora se assiste no sector dos lanifícios, é uma luta que vem na continuação de todo um conjunto de lutas e iniciou-se muito antes do 25 de Abril. Com efeito, a su-

bida galopante do custo de vida, verificada nos últimos meses, rapidamente devorou os aumentos de salários que os trabalhadores dos lanifícios tinham conseguido impôr, agravando ainda mais a sua miserável situação. Os trabalhadores dos lanifícios e os seus sindicatos viram-se, desse modo, na necessidade de levar por diante aquilo que já em Outubro de 1973 tinham circulado bem vincado numa circular da Federação dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios:

PARA QUE A NOSSA PRIMEIRA VITÓRIA NÃO SE TRANSFORME NUMA DERROTA, A LUTA NÃO PODE PARAR.

«A partir do fim de Fevereiro e ao longo de todo um conjunto de reuniões, os trabalhadores foram formulando a sua reivindicação de aumento de salários e foram discutindo as formas de a conseguir impôr. Tudo isto se passou antes de 25 de Abril.

«Também antes do 25 de Abril os trabalhadores dos lanifícios já tinham feito greves enfrentando duríssimas condições repressivas.»

No entanto, os operários sabiam resistir a todas as pressões até à satisfação das suas reivindicações, apesar das hesitações que atingiam alguns:

Nem todos os operários compareciam nos locais de trabalho durante a greve e aqueles que faziam nem sempre iniciavam as actividades colectivas que ocupassem o tempo e permitissem cimentar a sua solidariedade na luta.

Entretanto, o trabalho retomado, as manobras costumeiras dos patrões começaram imediatamente: vários operários foram despedidos e aqueles que ficam têm que fazer o mesmo trabalho que cabia a todos, melhor, são chamados a fazer novos trabalhos que antigamente eram confiados a outros.

QUE DEMOCRACIA NOS QUARTÉIS ?

As Forças Armadas de qualquer país defendem, por definição, os objectivos estabelecidos pelo Governo como sendo os que servem os interesses superiores da Nação, isto é, aqueles que a classe dominante considera como tais.

O comando e a direcção das Forças Armadas é sempre entregue a elementos da confiança do poder estabelecido, verificando-se que, num Estado burguês, nelas se reflecte a divisão em classes da sociedade de que são originárias. Acresce, neste caso, que a manutenção da eficiência das Forças Armadas no prosseguimento daqueles objectivos é conseguida através de uma forte hierarquização da sua estrutura, através do isolamento da vida em caserna e de uma rígida disciplina baseada num repressivo Regulamento de Disciplina Militar. Todo este quadro é coroado pelas conhecidas declarações sobre a *apolitidade* das Forças Armadas e da sua separação da «vida civil».

As condições em que os oficiais do Movimento das Forças Armadas conduziram o golpe de 25 de Abril obrigaram a uma mudança nas relações dos soldados com os oficiais e sargentos que os enquadram na máquina militar. Essa mudança, resultante da necessidade de se fazer consultas aos soldados, em moldes democráticos, para se obter uma participação activa dos mesmos, juntamente com a confraternização com as massas populares, nos dias imediatos ao golpe, obrigou a uma quebra de rigidez das instituições militares e consequente abrandamento da disciplina.

Aproveitando essa quebra de rigidez dos soldados e marinheiros, ultrapassando o R.D.M. (Regulamento de Disciplina Militar) em vigor, resolvem, por iniciativa própria, debater os

problemas que os afectam e exigem tratamento e condições de vida condignas (direito à reunião, saneamento dos quadros, melhoria de alimentação, instalações aceitáveis, etc.).

No entanto, passada que foi a necessidade da participação activa dos soldados, assiste-se nos últimos tempos a uma intensificação da rigidez militar.

Esta intensificação, durante algum tempo da exclusiva responsabilidade dos comandos das unidades, foi oficializada através de directrizes superiores, de aplicação geral, de acordo com as quais se verifica nomeadamente o seguinte:

- Os soldados não têm direito a reunirem-se;
- os oficiais podem reunir-se com restrições, de que se salientam:
 - necessidade do conhecimento prévio e aprovação da ordem de trabalhos pelo comandante da unidade;
 - o comandante ou seu delegado presidirá à reunião;
 - apenas se devem tratar assuntos ditos culturais ou respeitantes à vida interna das unidades (messes, alojamento, alimentação, etc.) não sendo aceites discussões políticas sobre os problemas fundamentais que afectam a vida do Povo Português;
 - o termo reivindicação não pode ser usado — os soldados não reivindicam, apenas podem sugerir.
- os elementos das FA não podem ter participação activa em comícios ou manifestações.

— Considerando que o soldado não tem formação política, passam a fazer parte dos programas de instrução matérias de «formação política» a serem ministradas por elementos «devidamente habilitados».

Por outro lado, o Movimento das Forças Armadas no seu Programa, «dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações» (1).

Qual a interpretação que se pode dar à contradição entre o Programa do Movimento das Forças Armadas e as directrizes para aplicação geral nas unidades militares? Tal contradição resulta da condição essencial da existência de um Exército: a vida em caserna, regulada pela hierarquia e disciplina rígida.

Assiste-se, portanto, à tentativa de isolar os soldados e marinheiros das massas trabalhadoras donde provêm, tentativas essas que têm falhado na medida em que os soldados e marinheiros têm sabido torner as dificuldades, desenvolvendo a sua luta contra o militarismo e o colonialismo e unindo-se à luta geral dos Trabalhadores.

Um grupo de milicianos.

(1) Sublinhado nosso.

«A NOSSA VOZ»

Quinzenal dos trabalhadores da Timex

Saudamos o aparecimento do primeiro número do jornal dos trabalhadores da Timex. Esse jornal é um passo muito importante para a consolidação da sua luta e para encontrar a solidariedade entre os trabalhadores.

De *A Nossa Voz*, transcrevemos:

«Eslarecimento: porquê as 40 horas?»

A luta dos explorados e oprimidos contra a classe exploradora tem ao longo da história, assumido diversas formas, umas vezes violentas, outras pacíficas, e tem-se dirigido para a conquista de diversos objectivos. Um destes objectivos é um horário de trabalho justo. A classe operária conheceu já horários de 12, 14 e mais horas diárias de trabalho. Um dos pontos mais altos nessa luta deu-se nos Estados Unidos da América, no século passado, na luta por 8 horas diárias de trabalho, de que resultaram terríveis massacres perpetrados contra o povo pelas forças repressivas da classe exploradora. É a história dos famosos «Mártires de Chicago», barbaramente espancados e assassinados. Daí nasceu o 1.º de Maio, dia mun-

dial do Trabalhador. Depois disso, vários países aceitaram reduções dos horários de trabalho, mas a burguesia tem resistido fortemente a essa justa aspiração e tem sempre tentado ludibriar o povo com as famosas horas extraordinárias (quem é mal pago, tende a aceitá-las... não se dá emprego a outros trabalhadores...).

Agora, festeja-se o 1.º de Maio cuja origem conhecemos. Faz sentido festejar o 1.º de Maio e omitir a sua origem?

Por outro lado, mais do que nunca a classe operária bem como os camponeses, precisam de se organizar, de discutir, de se instruir, e para isso precisam de horas, não para as entregar à burguesia, mas para si mesmos. Assim, as 40 horas são neste momento uma exigência fundamental. A movimentação popular a que temos vindo a assistir desde há alguns meses e o formidável avanço das últimas semanas anunciam grandes acontecimentos, preparremo-nos para eles, camaradas e amigos. Contra todas as manobras da burguesia, neste como noutros campos, oponhamos a nossa força, a nossa unidade.

EM FRENTE NA LUTA PELAS 40 HORAS !»

No próximo número:

- GREVE NOS C. T. T.
- LUTA NA TIMEX
- OS EMPREGADOS DA CANTINA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA REFORMAM ELES PRÓPRIOS AS ESCALAS SALARIAIS



24 DE ABRIL



26 DE ABRIL

MANIFESTO DO

COMBATE

Qual é a luta dos trabalhadores, qual é a luta dos exploradores?

Antes do golpe de 25 de Abril, durante o golpe e desde então existiram sempre dois grandes campos de luta.

A luta dos trabalhadores portugueses e dos povos oprimidos e explorados das colónias constitui um desses grandes campos, que não tem por finalidade adaptar o aparelho governamental da burguesia aos problemas políticos e económicos que surgem aos exploradores, mas sim acabar com a própria exploração.

Do lado de todas as classes e camadas exploradoras sentia-se a necessidade de uma remodelação urgente das instituições governamentais e do próprio sistema de governo, devida fundamentalmente a três questões:

— A situação insustentável da burguesia portuguesa nas colónias, a incapacidade em que se viu de vencer militarmente os povos coloniais, foi um dos factores que tornou mais imperiosamente urgente para a burguesia a reconversão da sua política e que a levou a procurar, com a paz militar, chegar a soluções políticas e económicas neo-coloniais.

— As múltiplas greves e lutas que os trabalhadores portugueses vinham a desenvolver mostravam à burguesia que o aparelho repressivo do marcelismo estava já completamente inadequado para tentar conter e reprimir essas greves. A burguesia queria, pois, instaurar uma «liberdade de greve» ao mesmo tempo que punha à frente da generalidade do aparelho sindical elementos reaccionários, contrários à prática da greve.

— As classes e camadas exploradoras precisavam também de adaptar o aparelho governamental para a resolução de problemas económicos graves que se vinham a acumular sem que a administração de Marcelo Caetano lhes conseguisse dar qualquer solução. A inflação, a necessidade de acrescer o desenvolvimento industrial, as relações com o Mercado Comum, a emigração impunham uma reorganização rápida e em grande escala das instituições do governo.

De um lado, temos os trabalhadores lutando activamente pela resolução dos seus problemas, exigindo de imediato uma melhoria do nível de vida e de trabalho, e alargando a luta contra a própria exploração capitalista. Do outro lado temos os exploradores, cujo problema essencial é o de tentar garantir em novas condições a exploração dos trabalhadores coloniais e dos trabalhadores portugueses.

O golpe do 25 de Abril foi dirigido e orientado pelos exploradores para a defesa dos seus interesses

O grande problema que preocupa a burguesia portuguesa e que a levou ao 25 de Abril foi: como manter a exploração capitalista e adaptá-la às novas condições? Por isso, as massas trabalhadoras não tiveram, nem podiam ter, qualquer papel activo no golpe de 25 de Abril, porque ele não se destinava a acabar com a exploração, mas a perpetuá-la.

O golpe do 25 de Abril foi pensado em esferas das classes dominantes, em estreita ligação com grupos financeiros; e foi executado na prática por capitães e maiores originários de uma burguesia média ou a ela ligados e canali-

zados politicamente pelos generais da Junta, dos quais uns são ligados à grande finança e os outros são mesmo seus representantes directos.

No seu combate contra a exploração capitalista, os trabalhadores criam formas de organização revolucionárias, que integram activamente todas as massas trabalhadoras em luta. O 25 de Abril não se apoiou nas organizações de luta dos trabalhadores e, pelo contrário, esforçou-se por afastá-las de qualquer participação no golpe. Se exceptuarmos o assalto às sedes da Pide e a libertação dos presos de Caxias, Peniche e da Pide do Porto, que foi conseguida de uma maneira rápida e global pela acção das massas populares, em todos os outros casos nunca os trabalhadores tiveram nem qualquer contróle nem a mínima interferência no desenrolar do golpe.

Em resumo: o 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições.

Porque é que algumas correntes políticas querem fazer crer, agora, que os trabalhadores teriam tido um papel preponderante no 25 de Abril?

O carácter exclusivamente militar do golpe não constituiu mistério para ninguém no 25 de Abril e nos momentos seguintes. Só depois, essas correntes políticas começaram a afirmar que o 25 de Abril não fora um golpe militar e sim uma acção em que as massas trabalhadoras teriam intervindo com preponderância.

Se alguns sectores políticos julgam hoje que os trabalhadores esqueceram já o que se passou mês e meio atrás e nos tentam convencer de que intervimos activamente no golpe do 25 de Abril, isso deve-se ao facto de nos quererem vincular às decisões tomadas pelo actual governo, sabotando assim abertamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Mais francos são os generais da Junta (Spínola, no discurso ao Conselho de Estado, ou Galvão de Melo na televisão, por exemplo bem como Salgueiro Maia, um dos mais importantes dirigentes do Movimento das Forças Armadas, em várias entrevistas) que reivindicam para as forças armadas o exclusivo do planeamento e o exclusivo da realização material do golpe. Não se deve tal franqueza ao amor da verdade, mas tão só à vontade de se afirmarem bem alto como os únicos autores do golpe de 25 de Abril e, portanto, como os «libertadores». É falso serem libertadores. A libertação das massas trabalhadoras, só os trabalhadores a conseguiram, e não capitães nem generais de qualquer Junta. Mas é verdade serem eles os realizadores do 25 de Abril. O seu a seu dono, e não é dessa glória mas de outras que a classe operária e as massas trabalhadoras precisam.

A libertação dos trabalhadores só pode dever-se à luta dos trabalhadores

A luta contra a exploração capitalista, que se travava no dia 24 de Abril, não parou no dia

25 e continuou a travar-se no dia 26. O golpe de 25 de Abril não podia acabar com a luta contra a exploração, porque não se destinava a acabar com a exploração. Grande parte das greves que deflagraram depois do dia 25 de Abril vinham já a ser preparadas antes da data do golpe militar, o que mostra que a luta dos trabalhadores se desenvolveu e se desenvolve num campo completamente distinto do desse golpe. O campo em que deve assentar todo o nosso combate é o da luta contra a exploração.

Não sendo uma acção dos trabalhadores, mas um golpe militar, e não assentando na organização autónoma das massas trabalhadoras, mas na hierarquia rígida das forças armadas, o governo saído do 25 de Abril não poderá nunca desenvolver-se no sentido da libertação do trabalho, no sentido da instauração de formas económicas e sociais do comunismo e da luta por uma sociedade sem classes. Nem na Junta de Salvação Nacional, nem no Governo Civil Provisório, nem no Movimento das Forças Armadas existe sequer um mínimo vestígio da organização autónoma dos trabalhadores. Em nenhuma das instituições do novo regime há qualquer possibilidade para o desenvolvimento da nossa luta.

O 25 de Abril instaurou uma liberdade de partidos e a liberdade de expressão — ou melhor, a liberdade de uma certa expressão. Mas, ao mesmo tempo, repete em todos os tons e pelas mais variadas correntes políticas que o proletariado e todos os trabalhadores em geral têm, ganhando pouco mais, de produzir muito mais. Afirma admitir a greve mas, ao mesmo tempo e a várias vozes, desencadeiam uma violenta campanha contra as greves. Em suma, afirmam que primeiro vem a democracia parlamentar e só depois o aumento dos salários e uma certa reorganização do trabalho.

Mas o trabalhador nem como democracia nem trabalha no parlamento. Os nossos interesses imediatos consistem no aumento dos salários e na reorganização do trabalho nas fábricas existentes. E estes não são os interesses futuros, mas os mais imediatos. Porque os interesses futuros não são o aumento dos ordenados, e sim o fim do trabalho assalariado e da exploração capitalista; nem são a reorganização das fábricas existentes, mas sim o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, a instauração de um sociedade comunista.

A nossa luta, nas novas condições em que a burguesia se organizou depois do 25 de Abril, é o desenvolvimento do combate que travávamos contra a burguesia antes do golpe militar. Só aí, no combate contra a exploração — e não nas novas instituições do governo burguês — é que a nossa luta se deve e pode desenvolver.

As massas trabalhadoras desenvolvem hoje em Portugal uma luta geral à escala de todo o País

Todas as classes activamente interessadas no capitalismo encontram ampla expressão e liberdade nas instituições do actual governo. Todos os explorados são excluídos dessas instituições. A fronteira é, pois, muito nítida.

Desta situação resulta que a luta da classe operária e dos restantes trabalhadores, que desde 1962 vinha somente a deflagrar em lutas isoladas entre si, se desenvolve agora a nível

nacional numa luta geral, vasta, cada vez mais aguda e em que as lutas particulares se relacionam sempre mais, na constituição de um processo único. É esta, sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, a característica principal da actual situação. A luta dos trabalhadores em Portugal deixou de ser constituída por uma sucessão de lutas particulares interrompidas por refluxos mais ou menos longos, e desenvolve-se agora numa luta geral em que todas as lutas particulares tendem a relacionar-se cada vez mais estreitamente.

Qual o objectivo deste jornal e do trabalho a ele ligado?

Do desenvolvimento da luta geral dos trabalhadores a nível nacional resulta a função revolucionária que virá a assumir este jornal e o restante trabalho a ele ligado.

Este jornal propõe-se ser um agente activo na ligação entre si das várias lutas particulares, divulgando essas lutas e nomeadamente as experiências organizativas delas resultantes e acelerando por este modo o desenvolvimento da luta dos trabalhadores enquanto luta geral. É dessas lutas e do desenvolvimento da luta geral que resultará toda a elaboração do jornal e o próprio aprofundamento das posições aqui assumidas. Este jornal é o primeiro dos eixos do nosso trabalho.

Estreitamente ligado com o jornal, está o trabalho de fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, soldados e marinheiros, ou trabalhadores com soldados e marinheiros inseridos em lutas particulares diferentes. Sabemos que é um trabalho difícil, que exige não só a preparação de inúmeras condições materiais, como a defesa contra a repressão da burguesia. Mas não há desenvolvimento e generalização da nossa luta sem a efectivação de reuniões de massas entre trabalhadores que têm diferentes experiências particulares de luta. É este o segundo eixo do nosso trabalho.

Quais são as posições práticas que revelam uma atitude revolucionária na luta de classes hoje travada em Portugal?

Todo o nosso trabalho tem como único ponto de referência as posições práticas assumidas na luta dos trabalhadores. E tem como único objectivo contribuir para a unificação das várias lutas particulares numa luta geral das massas operárias e restantes trabalhadores. Não somos um partido, nem visamos constituir qualquer partido na base do trabalho ligado com este jornal. Elementos ou grupos de quaisquer partidos ou sem partido são colaboradores neste trabalho desde que desenvolvam, na luta dos trabalhadores, posições práticas revolucionárias.

A análise da luta dos trabalhadores no momento actual e a experiência dessa luta mostram-nos que uma posição revolucionária na luta de classes, no Portugal de agora, se define imediatamente nos pontos práticos seguintes:

(Continuação da página anterior)

1.º CONTRA A POSIÇÃO REACCIONÁRIA QUE CONSISTE EM CONSIDERAR COMO O OBJECTIVO DO NOSSO COMBATE O APOIO AO ACTUAL GOVERNO DA BURGUESIA, AS MASSAS TRABALHADORAS DESENVOLVEM A SUA LUTA AUTÓNOMA

Várias correntes tentam travar o desenvolvimento da luta dos operários e de todos os trabalhadores sob o pretexto de que ela pode assustar alguns generais, ou alguns capitães, ou alguns ministros. Mas isso corresponde a desarmar os trabalhadores e entregá-los de pés e mãos amarrados à espera da piedade da burguesia. Os trabalhadores não depositam em outros a sua libertação. Só a luta dos trabalhadores pode servir os interesses dos trabalhadores, e a nossa única posição é reforçar sempre e cada vez mais a nossa luta autónoma. A contra-revolução, no Chile ou em qualquer outro país, triunfou sempre por a luta dos trabalhadores não se ter desenvolvido de modo suficientemente amplo e profundo, e não por essa luta ter ido longe demais. O único obstáculo à reacção, quer seja a do antigo regime quer a do actual governo, é o desenvolvimento da luta operária autónoma.

2.º A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

Os trabalhadores portugueses querem a independência imediata e incondicional para todas as colónias. Mas não ignoramos que a independência não resolve, por si, o problema da exploração dos trabalhadores africanos. Repudiamos todas as perspectivas neo-coloniais que orientam a linha de actuação da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório Civil. Mais grave ainda é a continuação da exploração neo-colonial através dos grandes imperialismos mundiais. Mas não podemos esquecer também a existência de exploradores africanos, que vêm a independência política das colónias como uma possibilidade para explorarem um pouco mais os trabalhadores de África. Por isso, o apoio dos trabalhadores portugueses à independência imediata e incondicional das colónias não pode deixar de passar pelo apoio activo e militante aos explorados africanos na sua luta contra todas as formas de exploração e contra todos os exploradores. Essa luta tem como um dos pontos fundamentais o combate ao racismo, nomeadamente o racismo contra os povos das colónias e contra os trabalhadores africanos emigrados em Portugal. Para que a luta anti-colonial se desenvolva como uma solidariedade íntima entre os explorados, é necessário uni-la com a luta dos trabalhadores na produção, isto é, com a luta nas fábricas e nos campos, e uni-la também com a luta nos quartéis. A luta anti-colonial conduzida sobre a base da luta na produção é o eixo do desenvolvimento revolucionário do anti-colonialismo.

3.º A LUTA DOS TRABALHADORES DEVE DESENVOLVER-SE, DESDE O SEU PRÓPRIO INÍCIO, SOBRE A BASE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E NÃO PODE SER DELEGADA NOS REPRESENTANTES SINDICAIS

Os trabalhadores não lutam por delegação — lutam eles próprios. É na acção prática colectiva dos trabalhadores durante as lutas quer por reivindicações económicas, quer pela reorganização do trabalho, que se criam formas de organização de massas que constituem a base de desenvolvimento da revolução comunista. Só a nossa luta prática constitui o processo da revolução social. Por isso, querer afastar os trabalhadores da luta prática, considerando que as discussões com os patrões devem estar fundamentalmente a cargo de uma burocracia sindical especializada em contratos de trabalho, é pretender castrar a própria base da revolução social.

4.º NAS CIRCUNSTÂNCIAS ACTUAIS, DEVEMOS APROVEITAR A LUTA PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS, AO MESMO TEMPO QUE COMBATEMOS FIRMEMENTE AS BUROCRACIAS QUE DOMINAM AS DIRECÇÕES DA MAIORIA DOS SINDICATOS E QUE DOMINAM A INTER-SINDICAL

As burocracias sindicais isoladas das massas trabalhadoras pretendem, em todos os casos, convencer os trabalhadores a não lutarem praticamente, a continuarem a produção inseridos nas estruturas capitalistas enquanto os senhores delega-

dos sindicais, no segredo das conversações com o patronato, e devidamente remunerados pelos trabalhadores, tentam chegar a acordos e conciliações. Nós devemos combater as burocracias sindicais, que tentam sempre sabotar a luta prática das massas trabalhadoras porque sabem que serão varridas e perderão a sua razão de ser com o desenvolvimento dessas lutas práticas. Mas devemos inserir-nos nos processos de eleição de delegados sindicais, porque esse nível do aparelho sindical está ainda directamente ligado às massas trabalhadoras e é possível, por isso, em muitos casos, que venha a constituir uma parte integrante da luta de massas e que a dinamize.

5.º DEVEMOS LUTAR POR UM SALÁRIO MÍNIMO VERDADEIRAMENTE NACIONAL E ADEQUADO AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES BEM COMO PELA DIMINUIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E HABITAÇÃO

A diminuição do tempo de trabalho faz parte da luta reivindicativa que visa melhorar as nossas condições de vida e diminuir os lucros do patrão. Mas essa diminuição do tempo de trabalho não é só uma medida de protecção da saúde do trabalhador e de defesa imediata contra o acréscimo da exploração. O aumento do tempo disponível será também uma condição importante para aumentar a participação activa das grandes massas dos explorados na discussão das formas de luta e de todos os problemas gerais que nos interessam, se sobre essa base conduzirmos um trabalho de organização de reuniões de discussão. Esse trabalho de organização dos tempos livres deve estar ligado com as lutas no local de trabalho e nas zonas habitacionais. A luta pela diminuição do tempo de trabalho, com este objectivo, deve fazer parte integrante da criação de condições para um maior desenvolvimento da luta dos trabalhadores contra a exploração.

O Governo Provisório instituiu um salário mínimo do qual exclui grande parte da população trabalhadora — devemos lutar contra este facto. Além disso, tal salário mínimo é demasiadamente baixo para as necessidades dos trabalhadores. O coro do governo diz que salários mais altos prejudicariam a economia nacional. Mas que economia é essa? É a economia capitalista? Se são os patrões que defendem a continuação dos seus lucros, compreendemos bem que os representantes patronais não queiram um salário mínimo mais elevado. Mas porque é que se pretendem fazer passar por amigos dos trabalhadores aqueles que, na prática, opondo-se à elevação do salário mínimo, defendem os lucros do patrão?! Dizem eles que um maior aumento dos salários levaria à falência de pequenas e médias empresas e à concentração do capital. A concentração do capital é o caminho inelutável da economia capitalista e não compete aos trabalhadores pagarem com o suor do seu trabalho e com a miséria das suas famílias os lucros que permitam a subsistência dos pequenos e médios patrões. Os trabalhadores não lutam só contra uns patrões mas contra todos, contra a própria exploração capitalista. Se a economia nacional não comporta maiores aumentos de salários, a solução não é a de restringir a paga dos trabalhadores, e sim a de mudar de sistema económico. Se é o próprio capitalismo a dizer, pela voz de todos os seus agentes e servidores, que não pode aumentar suficientemente os salários, o que significa, portanto, que não serve os interesses mínimos dos trabalhadores, então o nosso interesse é o de desenvolver a nossa luta de modo a acabar com o capitalismo.

6.º DEVEMOS DESENVOLVER OS PROCESSOS DE SANEAMENTO E DE REORGANIZAÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS EM LUTA PELO CONTROLO E GESTÃO DE TODO O PROCESSO ECONÓMICO

O governo actual procura canalizar a fúria dos trabalhadores contra a tirania tentando que a nossa revolta se limite a substituir os administradores mais comprometidos com o fascismo por outros menos comprometidos ou por burgueses liberais ou social-democratas. Além disso, o novo governo procurou aproveitar as extraordinárias capacidades que os trabalhadores têm para organizar o trabalho, deixando-os proceder a remodelações parciais; o marcelismo não conseguiu fazer uma adaptação suficientemente rápida das estruturas administrativas e de gestão às novas necessidades do capitalismo e, face a tal atraso, os capitalistas procuram agora canalizar as capacidades organizadoras das classes trabalhadoras sem pôr em causa os princípios capitalistas fundamentais da hierarquia, da divisão do trabalho feita pelos não-trabalhadores, e preciso que desenvolvamos os processos de saneamento e de reorganização parcial das empresas em processos mais vastos. O objectivo dos trabalhadores não é o substituir os patrões antipáticos por patrões simpáticos, mas o de acabar com o patronato. O nosso objectivo não é o de beneficiar o capitalismo pela reorganização parcial das empresas, e sim o de estabelecer novas relações sociais de trabalho — relações comunistas. Pre-

cisamos de, desde já, começar a pôr em causa não só uns patrões mas todos os patrões, não só aspectos particulares dos sistemas de organização capitalistas, mas toda a organização capitalista do trabalho. Não precisamos de quem divida o trabalho para que nós o façamos, não precisamos de quem oriente o nosso trabalho. Os trabalhadores, que tudo produzem, devem organizar toda a produção.

7.º A LUTA DOS EXPLORADOS DO CAMPO É UM DOS EIXOS FUNDAMENTAIS DA LUTA DAS MASSAS TRABALHADORAS

A imprensa diária controlada pela burguesia silencia completamente, salvo raríssimas excepções, a luta do proletariado agrícola.

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo. As lutas dos explorados agrícolas põem problemas diversos, consoante as regiões são de grande ou pequena propriedade, consoante os tipos de cultura, consoante o grau de existência de assalariados agrícolas que possuam eles próprios pequenas parcelas de terra e consoante a proporção em que existam pequenos camponeses. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e de desenvolvimento dessas ligações para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação essenciais relativamente à questão agrária.

8.º O EXÉRCITO E O MILITARISMO SÃO ARMAS DA BURGUESIA QUE IMPORTA DERRUBAR NA LUTA PELO ARMAMENTO GERAL DOS TRABALHADORES

Filhos do povo, os soldados e os marinheiros são separados das massas trabalhadoras, postos em casernas onde a burguesia os submete a hierarquias rígidas e a uma disciplina degradante. Pretende, deste modo, mentalizá-los para que voltem as armas contra os seus irmãos de classe, os trabalhadores de qualquer país. Por isso, um dos interesses básicos dos trabalhadores é o de destruírem as estruturas militares e de combaterem o militarismo. Nós não precisamos de delegar em terceiros a nossa defesa — armamo-nos e defendemo-nos nós próprios. Neste momento, há várias lutas de marinheiros e soldados contra a disciplina, contra o militarismo, contra o encarceramento. É necessário desenvolver ao máximo todas essas lutas e é necessário fomentar os contactos e, depois, as reuniões de massas, entre os soldados e marinheiros em luta e os trabalhadores em luta nos campos e na cidade. Se as lutas dos soldados e marinheiros se unirem estreitamente com as restantes lutas dos trabalhadores, ficam assim postas em causa as próprias bases do exército reaccionário, separado da população.

9.º OS OPERÁRIOS NÃO TÊM PÁTRIA. TODA A LUTA OPERÁRIA TEM QUE SER INTERNACIONALISTA

Foi a burguesia, no desenvolvimento da economia capitalista, estreitando as relações entre todos os polos de concentração do capital e fundindo empresas à escala multi-nacional e multi-continental, que destruiu as velhas nações e tornou caducas as fronteiras nacionais. Mas essa mesma burguesia, para dividir os trabalhadores, difunde entre nós uma ideologia nacionalista e racista. Os trabalhadores não podem atacar o racismo com puras declarações sentimentais. Não é com palavras, mas com factos, que o internacionalismo se desenvolve. Assim, é necessário fundir cada vez mais as lutas dos explorados portugueses com as lutas dos explorados de todo o mundo, e fundi-las ao nível dos próprios movimentos de massas. O trabalho que se centra em torno deste jornal abrir-se-á, por isso, às lutas dos trabalhadores noutros pontos do mundo, desenvolvendo a criação das condições necessárias para a expansão de uma verdadeira luta internacionalista e anti-nacionalista dos trabalhadores.

Pensamos serem estes, no momento actual e neste país, os pontos práticos de demarcação que distinguem, na vasta luta das classes, a posição revolucionária dos trabalhadores. O desenvolvimento da luta e o desenvolvimento da unificação das lutas particulares em lutas gerais produzirão novos pontos de demarcação práticos e aprofundarão os pontos existentes. É assim que, no seu próprio desenvolvimento, as massas operárias e todos os trabalhadores produzem as condições materiais e ideológicas do comunismo.

Desenvolver a luta autónoma dos trabalhadores e unificar as lutas particulares numa vasta luta geral — são estas as tarefas principais dos trabalhadores e de todos os revolucionários.